



INFÂNCIA, EDUCAÇÃO INFANTIL E EDUCAÇÃO SEXUAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS ESTUDOS CULTURAIS EM EDUCAÇÃO

INFANCIA, EDUCACIÓN INFANTIL Y EDUCACIÓN SEXUAL: UN ANÁLISIS A PARTIR DE LOS ESTUDIOS CULTURALES EN EDUCACIÓN

CHILDHOOD, CHILD EDUCATION AND SEXUAL EDUCATION: AN ANALYSIS BASED ON THE CULTURAL STUDIES IN EDUCATION

Jackson Ronie Sá-Silva¹
Raimundo José Pereira da Silva²

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise teórica documental que tensiona e problematiza as ideias de infância, educação infantil, educação sexual e pedofilização social compiladas em materiais bibliográficos cuja centralidade discursiva se apoia nos Estudos Culturais em Educação em sua vertente pós-estruturalista. Entende-se o conceito de infância como uma construção cultural, fluida e multifacetada em que saberes e poderes são acionados para marcarem os sujeitos infantis. Educação infantil e educação sexual são invenções articuladas para pedagogizar, posicionar e controlar as crianças a partir de lógicas binárias, higiênicas e totalizantes. A educação sexual infantil desconstrucionista pensa sobre esses mecanismos e alerta para o combate das violências sexuais e de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Infância. Educação sexual. Estudos Culturais em Educação.

RESUMEN

Este artículo presenta un análisis teórico documental que tensa y problematiza las ideas de infancia, educación infantil, educación sexual y pedofilización social compiladas en materiales bibliográficos cuya centralidad discursiva se apoya en los Estudios Culturales en Educación en su vertiente post-estruturalista. Se entiende el concepto de infancia como una construcción cultural, fluida y multifacética en que saberes y poderes son accionados para marcar a los sujetos infantiles. La educación infantil y la educación sexual son invenciones articuladas para pedagogizar, posicionar y controlar a los niños a partir de lógicas binarias, higiénicas y totalizantes. La educación sexual infantil desconstrucionista piensa sobre estos mecanismos de cosificación y alerta para el combate de las violencias sexuales y de género.

PALABRAS CLAVE: Infancia. Educación sexual. Estudios Culturales en Educación.

¹ Professor Adjunto do Departamento de Química e Biologia da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e Líder do Grupo de Pesquisa Ensino de Ciências, Saúde e Sexualidade (GP-ENCEX/UEMA); Doutor em Educação pela UNISINOS; Pós-Doutor em Educação pela UFRGS.

² Graduado em Pedagogia Licenciatura pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e Membro do Grupo de Pesquisa Ensino de Ciências, Saúde e Sexualidade (GP-ENCEX/UEMA).

ABSTRACT

This article presents a theoretical documentary analysis that stresses and issues the ideas of childhood, early childhood education, sexual education and social pedophilization compiled in bibliographic materials whose discursive centrality is based on Cultural Studies in Education in its poststructuralist dimension. The concept of childhood is understood as a cultural construct, fluid and multifaceted in which knowledge and powers are activated to mark the young individuals. Child education and sex education are articulated inventions to educate position and control children from binary, hygienic and totalizing logics. Deconstructionist sexual education of children thinks about these mechanisms of objectification of children and adolescents and alert to the combat of sexual and gender violence.

KEYWORDS: Childhood. Sexual Education. Cultural Studies in Education.

Introdução

A discussão que apresentamos configura-se como uma análise teórica problematizadora que tensiona algumas concepções sobre infância, educação infantil, educação sexual e o conceito de pedofilização social presentes em artigos, livros e capítulos de livros compilados em uma pesquisa bibliográfica direcionada tanto à produção teórica da professora e pesquisadora Jane Felipe (2000, 2001, 2003, 2006, 2007, 2008, 2012a, 2012b, 2013), quanto à de trabalhos acadêmicos realizados em parceria com outras autoras que desenvolvem investigações educacionais relacionadas à temática trabalhada neste artigo.

Jane Felipe, juntamente com pesquisadoras e pesquisadores do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero (GEERGE) e do Grupo de Estudos em Educação Infantil (GEIN) da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), tem se dedicado, desde a década de 1990, a compreender e produzir conhecimentos acerca de temáticas que envolvem discussões sobre gênero e sexualidade no campo da educação infantil.

Seu trabalho teórico sobre a produção cultural das violências sexuais e de gênero praticadas contra mulheres, crianças e adolescentes através dos mais variados artefatos culturais (mídias, jogos, brinquedos, músicas, etc.) tem funcionado como um alerta para que instâncias governamentais repensem políticas públicas nos campos da Educação e da Saúde Pública visando à redução ou mesmo à eliminação desses problemas.

As análises empreendidas por Jane Felipe ao apreender seus objetos investigativos situam-se nos campos epistemológicos dos Estudos Feministas, dos Estudos de Gênero,

dos Estudos Gays e Lésbicos e dos Estudos Culturais em Educação amparados pela crítica pós-estruturalista.

A analítica pós-estruturalista possibilita “analisar o conjunto da produção cultural de uma sociedade – seus diferentes textos e suas práticas – para entender os padrões de comportamento e a constelação de ideias compartilhadas por homens e mulheres que nela vivem” (COSTA; SILVEIRA; SOMMER, 2003, p. 38). Assim, o viés teórico pós-estruturalista é “caracterizado como um modo de pensamento, um estilo de filosofar e uma forma de escrita, embora o termo não deva ser utilizado para dar qualquer ideia de homogeneidade, singularidade ou unidade” (PETERS, 2000, p. 28). Portanto, esta perspectiva se constitui em uma escrita que critica a crítica, que coloca em suspensão as certezas universais, visibilizando a possibilidade de outras formas de estar, ser e pensar. Ou seja, um modo de pensamento que a todo o momento pratica a desconfiança e a vigilância epistemológica.

O estilo pós-estruturalista de pesquisar propõe que duvidemos das metanarrativas que a Ciência positiva reafirma, recria e restaura, se posicionando a favor da desconstrução dos binarismos que operam, por exemplo, na qualificação do sujeito em certo ou errado, bom ou mau, normal ou patológico. Dessa forma, acaba por dissolver construtos científicos que pretendem normalizar os sujeitos, transformando-os em uma regularidade.

Nos trabalhos de Jane Felipe a ferramenta pós-estruturalista é utilizada para demonstrar que a ideia de criança é uma invenção moderna, cuja existência opera no sentido de normalizá-la, controlá-la, manipulá-la e minimizá-la. Portanto, ao denunciar essa produção seus escritos nos convidam a enxergar a criança como um sujeito plural, pulsante, caleidoscópico, criativo e que se recria na cultura em que está imersa.

A sexualidade é reafirmada como um tema complexo por muitas professoras e professores da educação infantil. Inúmeros docentes relatam que não sabem lidar com discussões relacionadas aos temas da sexualidade e de gênero na escola. Dizem ainda que em suas salas de aula optam por não dialogar sobre sexo, sexualidade, gênero, violência sexual, etc. A situação torna-se ainda mais complexa quando percebemos que o obscurantismo não fica apenas no plano individual docente. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI (BRASIL, 1998) não apresenta qualquer proposta clara acerca da educação sexual infantil na escola. Ou seja, os temas sexualidade e gênero também são relegados a segundo plano nas políticas públicas educacionais.

O silêncio é o que prevalece. Atualmente a situação tem se tornado mais difícil: encontra-se tramitando no Congresso Nacional o equivocado e antidemocrático projeto “Escola Sem Partido”³ (FRIGOTTO, 2017). O referido projeto pretende controlar, silenciar e vetar o trabalho docente nas escolas da Educação Básica, e por extensão nas Universidades, quando professoras e professores pretenderem abordar questões sociais relevantes como a discussão de temáticas que envolvam a problematização dos conceitos de gênero e sexualidade.

Discursar sobre gênero e sexualidade na educação infantil é importante e necessário. Falar sobre as construções sociais, culturais, políticas, econômicas e educacionais da sexualidade e do gênero remete ao exercício da cidadania. Tematizar, tencionar e desconstruir as seculares desigualdades acionadas às mulheres, às crianças, dentre muitos outros grupos, é condição necessária porque se caracteriza como uma ação de valorização dos sujeitos sociais para que exerçam a igualdade de direitos.

Entendendo desta forma, resolvemos, a partir do pensamento de Jane Felipe, compreender e problematizar algumas questões presentes nessa problemática, com vistas a refletir sobre uma educação sexual infantil desconstrucionista, plural, respeitosa, cidadã e comprometida com a ética do eu e do outro. A discussão teórica realizada neste texto se deu mediante a análise de quatorze produções, publicadas entre os anos de 2000 a 2013, quais sejam: artigos, capítulos de livros e livros escritos por Jane Felipe (2000, 2001, 2003, 2006, 2007, 2008, 2012a, 2012b, 2013), Jane Felipe e Bianca Salazar Guizzo (2003, 2004), Jane Felipe e Liliane Madruga Prestes (2012), Jane Felipe e Lourdes Helena DummerVenzke (2013) e Jane Felipe, Bianca Salazar Guizzo e Dinah Quesada Beck (2013). (Tabela 1).

Os artigos foram acessados através de pesquisa bibliográfica nas bases de dados Google Acadêmico e Scielo. Os livros e capítulos de livros foram adquiridos em bibliotecas públicas situadas no estado do Maranhão. Os artigos e capítulos de livros selecionados passaram pelo processo de análise do conteúdo, com as seguintes etapas: leitura flutuante dos textos tentando conhecer as ideias gerais dos conteúdos da escrita das autoras; leitura em profundidade para a caracterização pormenorizada das ideias

³Trata-se do projeto de Lei nº 867/2015, que propõe a ideia de “Escola Sem Partido” a ser incorporada à Lei de Diretrizes e Base da Educação - LDB/9394/96. O PL está organizado em nove artigos, dezessete incisos e cinco parágrafos que tratam da proibição da prática de doutrinação política e ideológica, sobre a função do professor e da professora na sala de aula e dos direitos dos educandos no ato da matrícula escolar, bem como dos limites éticos e jurídicos.

contidas em cada um dos quatorze textos selecionados; e, construção das categorias de análise (BARDIN, 2011).

As categorias de análise construídas foram as seguintes: “infância”, “educação infantil”, “educação sexual” e “pedofilização social”. A caracterização das categorias se deu pela saturação das ideias presentes nas obras analisadas (MINAYO, 2013; SÁ-SILVA, ALMEIDA, GUINDANI, 2009).

Tabela 1: Caracterização das obras utilizadas na análise documental

Título	Tipologia	Autoria	Ano
Infância, Gênero e Sexualidade.	Artigo	FELIPE, J.	2000
Sexualidade, gênero e novas configurações familiares: algumas implicações para a Educação Infantil.	Capítulo de livro	FELIPE, J	2001
Governando os corpos femininos.	Artigo	FELIPE, J.	2003
Erotização dos corpos infantis na sociedade do consumo.	Artigo	FELIPE, J.; GUIZZO, B. S.	2003
Entre batons, esmaltes e fantasias.	Capítulo de livro	FELIPE, J.; GUIZZO, B. S.	2004
Afinal, quem é mesmo pedófilo?	Artigo	FELIPE, J.	2006
Do amor (ou de como glamourizar a vida): apontamentos em torno de uma educação para a sexualidade.	Capítulo de livro	FELIPE, J.	2007
Educação para a sexualidade: uma proposta de formação docente.	Capítulo de livro	FELIPE, J.	2008
Erotização dos corpos infantis, pedofilia e pedofilização na contemporaneidade.	Artigo	FELIPE, J.; PRESTES, L. M.	2012
“Vinde a mim as criancinhas”: pedofilização e a construção de gênero nas mídias contemporâneas.	Capítulo de livro	FELIPE, J.	2012a
Pedofilização como prática social contemporânea nos sites para crianças.	Artigo	FELIPE, J.	2012b
Erotização dos corpos infantis.	Capítulo de livro	FELIPE, J.	2013
Tempos e espaços da docência feminina: representações sobre professoras da educação infantil.	Artigo	VENZKE, L.H; FELIPE, J	2013
Infâncias, gênero e sexualidade nas tramas da cultura e da educação.	Livro	FELIPE, J.; GUIZZO, B. S.; BECK, D. Q.	2013

Fonte: Autoria Própria

Ampliando o olhar sobre os conceitos de infância e educação infantil

O que pensa Jane Felipe sobre a infância e a educação infantil? As ideias construídas para caracterizar a infância de “ingênua” e “fragilizada” têm influenciado até hoje a forma como se educa as crianças. Tais pensamentos reverberam no processo minucioso e intencional da pedagogização das crianças na família, na escola e em outros espaços de socialização (FELIPE, 2000).

Felipe (2013) nos diz que é preciso ampliar o olhar sobre o conceito de infância para que possamos entender suas diferentes formas de produção. Essa ampliação surge a partir da perspectiva pós-estruturalista que desvela o quanto a criança e suas infâncias têm sofrido modificações por influência das mídias, dos processos de consumo e de tantos outros artefatos culturais envolvidos nessa produção cultural. As infâncias são atravessadas por pedagogias que as educam, as inventam, circunscrevendo-as e

construindo-as a todo o momento. Ao mesmo tempo em que “as infâncias, mostram-se revestidas numa rede de complexas relações, entremeadas por distintas produções culturais, sociais e históricas, não resultando de um processo evolutivo, como algumas perspectivas tentam-na fixar e enquadrar” (FELIPE; GUIZZO; BECK, 2013, p. 20).

Para Felipe (2000), houve diferentes formas de se fazer infância nesse longo processo histórico, que tem como influência os diversos campos de saber/poder, investidos no conhecimento religioso, médico, jurídico, pedagógico e psicológico, herdados a partir dos séculos XVII e XVIII. Nessa produção de discursos sobre a infância, “procuravam definir padrões de comportamento considerados adequados para a formação dos indivíduos e, no que aqui nos interessa, eram os discursos destes homens que detinham a maior autoridade para dizer como formar meninos e meninas ‘normais’” (FELIPE, 2013, p. 13).

O campo infantil foi tornado um espaço intimamente ligado às mulheres numa relação educativa marcada pela condição de ser mãe, professora, pedagoga e tia para brincar, cuidar e proteger as crianças. Felipe (2003) ressalta que esse modo de observar as mulheres como as mais capazes de realizar tal processo educativo com as crianças, teve início no final do século XIX e início do século XX no Brasil, sendo realizados vários cursos destinados à elas nas escolas técnicas femininas e normalistas, com disciplinas específicas direcionadas para a reprodução dessa “nova mulher” que passava a atuar como educadora também no mercado de trabalho (VENZKE; FELIPE, 2013).

A educação infantil nesse sentido passa a ser compreendida como um espaço social de regulação cultural da infância, definindo nas crianças, modos de aprendizagem que culminam no ensino diferenciado de meninos e meninas no espaço escolar. Essas práticas de ensino podem ser observadas de muitas maneiras na educação infantil como nas brincadeiras e nos brinquedos das crianças que estão envolvidos em processos de produção de sentidos e significados, e que são legitimados pelas práticas discursivas e pedagógicas. Por isso, a ação investigativa sobre as infâncias necessita de um olhar cuidadoso e crítico com relação a produção de saberes que vem sendo remodelados na vida das crianças, e “[...] entremeadas por distintas produções culturais, sociais e históricas, não resultando de um processo evolutivo, como algumas perspectivas tentam-na fixar e enquadrar (FELIPE; GUIZZO; BECK, 2013, p. 20).

Nessa perspectiva, compreende-se que a infância é uma produção cultural e, portanto, merece um olhar crítico relacionado ao processo de embelezamento, erotização e fetiche infantis desenvolvidos na sociedade contemporânea a partir do

processo de produção da infância adultizada, sexualizada, fragilizada e enquadrada dentro dos regimes de verdades e saberes médicos, pedagógicos, psiquiátricos, etc. É nesse campo discursivo da infância, da educação infantil e da educação sexual que nascem as problematizações sobre a pedofilização social, por compreendermos que as mudanças que vêm ocorrendo no cenário do consumo e das mídias audiovisuais, têm favorecido essa discussão no espaço educacional e escolar (FELIPE, 2013).

O conceito de pedofilização social

A pedofilia é um fenômeno contemporâneo cuja visibilidade e tematização tem se destacado em algumas instituições sociais como a escola. A Constituição de 1988, no artigo 227, explicita que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, todos os direitos básicos necessários, tendo como absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, bem como à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988). A lei também alerta para o caso de violência e exploração sexual da criança e do adolescente. O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, explicita no artigo 5º que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão aos seus direitos fundamentais” (BRASIL, 1990). É nesse âmbito jurídico da criança e do status protetivo que também se observam algumas fragilidades como apontam as autoras Felipe e Prestes (2012, p. 8):

[...] ao mesmo tempo em que se criam leis para proteção à infância e adolescência contra a os maus tratos, a negligência, o abandono, a violência/abuso sexual, a exploração sexual comercial e a pedofilia, por outro lado, essa mesma sociedade legítima determinadas práticas sociais, seja através da mídia – publicidade, novela, programas humorísticos -, seja por intermédio de músicas, filmes, etc., em que os corpos infanto-juvenis são acionados de forma extremamente sedutora, corpos desejáveis que se misturam, em suas expressões gestos, roupas e falas, modos de ser e de se comportar bastante erotizados.

Nesse mesmo sentido, “ao disponibilizarmos determinadas imagens das meninas não estamos construindo apenas um modo de representá-las direcionadas

somente para os homens, mas também para as próprias meninas e adolescentes, que vão sendo subjetivadas por essas pedagogias da sexualidade” (FELIPE, 2006, p.221). A ideia de pedofilia precisa ser pensada para além do sujeito que a pratica, ou seja, o pedófilo. Precisamos estar atentos para a construção e disseminação da ideia de pedofilia que tem sido empregada na sociedade e nos mais diferentes veículos de comunicação. As pessoas não questionam o porquê do embelezamento e da estetização acelerada e performatizada da criança, principalmente das meninas. Por isso, é relevante pensarmos no processo formativo dos professores e professoras na educação infantil pois a escola deve construir importantes meios de combater a pedofilização social na sociedade contemporânea.

Ao analisar as concepções de infância e que discursos são esses que disciplinam e governam os modos de ser criança na educação infantil, buscamos através dos estudos realizados por Felipe (2013; 2006; 2012b) compreender o conceito complexo de pedofilia. Desta forma, Jane Felipe, ao ser entrevistada por Ribeiro (2012), inseriu em suas teorizações a noção de *pedofilização social*:

O que procuro chamar atenção com este conceito de pedofilização é mostrar qual é mesmo o projeto que estamos, enquanto sociedade, enquanto produtores de uma determinada cultura, desenvolvendo para as crianças. As crianças, no instante em que nascem, já podem perceber que seu corpo (e o corpo de outros) é fonte de prazer e satisfação. Na medida em que a criança vai crescendo, ela vai se dando conta e explorando seu próprio corpo e passa a ter interesse pelos corpos de outros que conta e explorando seu próprio corpo e passa a ter interesse pelos corpos de outros que percebe como diferentes do seu. Ela aprende que o corpo é fonte de prazer, de dor, de experiências múltiplas. Até aí, tudo bem. O problema é quando ela começa a aprender qual é o valor atribuído a determinados corpos nesta sociedade (RIBEIRO, 2012, p. 4-5).

As crianças, principalmente as meninas, muitas vezes têm seus corpos expostos de forma sensual e acabam por ser percebidas como objetos de desejo. Enquanto surgem diversas maneiras de proteger as crianças e a sua integridade física, social e afetiva, observamos que as leis não se atentam para os verdadeiros veículos de produção de estímulos e prazer dos corpos infantis. Felipe (2006), em suas teorizações sobre a complexidade do fenômeno da pedofilia, fez a seguinte pergunta: “afinal quem é mesmo o pedófilo?” Ao respondê-la, a autora chama atenção para as novas formas de desejos sexuais e eróticos construídos sobre os corpos infantis masculinos e femininos na atualidade que surgem a partir do desejo de um corpo perfeito e elegante. Além disso, problematizou as relações de gênero entre meninos e meninas através das

pedagogias da sexualidade, das mídias, entre outras, que ensinam modos de ser e se comportar de maneira atraente, sedutora e desejável (FELIPE, 2006).

As propagandas, tanto impressas quanto as veiculadas na TV, se utilizam fartamente do recurso de exibição dos corpos femininos com forte apelo erótico. Propagandas de cervejas, de carros, de calçados, dentre tantas outras, remetem a ideia de um corpo para o consumo, que pode ser acionado para o deleite de fatansias sexuais, especialmente as masculinas. Como pode perceber, o corpo erotizado é constantemente colocado em discurso através de diferentes artefatos culturais, produzindo assim o que chamamos de pedagogias da sexualidade (FELIPE, 2006, p. 216-217).

Guacira Lopes Louro (2008) também tem problematizado os modos de exibição e divulgação da sexualidade infantil, demonstrando como esses corpos podem ser encontrados no dia a dia, chamando atenção para o fato da ordem hegemônica controlar os veículos de comunicação, propaganda e marketing bem como a vida das pessoas, fazendo-as reféns das próprias vontades e desejos.

Mas como esquecer, especialmente na contemporaneidade, a sedução e o impacto da mídia, das novelas e da publicidade, das revistas e da internet, dos sites de relacionamento e dos blogs? Como esquecer do cinema e a televisão. Os shopping centers ou a música popular? Como esquecer as pesquisas de opinião e de consumo? E, ainda, como escapar das cameras e monitores de vídeo e das inumeras máquinas que nos vigiam e nos ‘atendem’ nos bancos, nos supermercados e nos postos de gasolina? (LOURO, 2008, p. 18).

Estes artefatos culturais se multiplicam a todo momento na produção musical, estética, moda, cosméticos, alimentação, dentre outros. O interesse por esta produção se encontra articulada exclusivamente em moldar um corpo desejável, enquadrado dentro de um espetáculo de beleza e admiração, “[...] que servem para marcar a infância contemporânea. Numa mescla de ingenuidade, pureza sedução e erotismo as crianças buscam reproduzir/consumir ao mesmo tempo que assistem” (BECK; GUIZZO, 2016, p.18).

Por uma educação sexual desconstrucionista

A educação sexual é um tema bem discutido nos últimos tempos, não se restringindo apenas ao espaço familiar como se pensava anteriormente. A sexualidade é um importante veículo de comunicação do corpo e ao pensamos sobre ela entendemos que a sociedade estabeleceu maneiras de educar nosso olhar sobre esse campo de desejo

e prazer. Processos educacionais são aprendidos em casa, na escola, na rua, no cinema, na praça do bairro, nos *outdoors*, nos livros, nas revistas, na internet, em diversos mecanismos que acionados para satisfazer uma vontade que começa exclusivamente pela exigência de um corpo estético e sensual (FELIPE; GUIZZO, 2004).

Desse modo, o que significaria pensar em sexualidade a partir da educação infantil? O que disseram para os professores e as professoras da educação infantil sobre a educação sexual infantil? Esses questionamentos nos ajudam a compreender que a sexualidade é um dispositivo de poder e por isso, na educação, esse discurso estabelece uma relação pedagógica de disciplinamento, pois educa as crianças a seguirem comportamentos condizentes à cultura binária. Nesse sentido, é preciso compreender que “a sexualidade não é o problema: ela é o lugar ao qual os problemas se afixam. Ao mesmo tempo, a sexualidade está também estruturada por um modo de pensamento chamado ‘curiosidade’, um modo de pensamento que recusa a segurança” (BRITZMAN, 1999, p.102).

Felipe (2007) se posiciona a respeito da ideia de educação sexual, mostrando seu caráter mais amplo por considerar a sexualidade como um processo histórico e de construção social: “[a educação sexual] pode acionar discussões mais abrangentes quando se tratar de refletir sobre nossos prazeres e desejos, não se restringindo ao sexual como ato, mas proporcionando outras vias de discussão e temáticas diversas, para além do viés biologicista” (FELIPE, 2007, p. 42).

Conclusão

Conseguimos enxergar a infância, a educação infantil e a educação sexual infantil como invenções pós-modernas construídas a partir de discursos normalizadores. Não devemos participar da lógica do consumo que produz os sujeitos infantis como peças sociais disponíveis para o exercício de violências consubstanciadas por inúmeros desejos, dentre eles a pedofilia. Tais desejos são estimulados por uma sociedade de consumo que não pensa sobre a produção contraditória de suas práticas. Desta forma, o conceito de pedofilização social, desenvolvido e teorizado por Jane Felipe, é válido para pensarmos o papel crítico da educação na desconstrução das desigualdades e violências acionadas contra crianças e adolescentes.

O cenário político e social em que a sociedade brasileira se encontra atualmente é complexo: preconceito, ignorância, falta de educação, violências física e simbólica,

maus tratos emocionais e o desrespeito ao outro estão sendo aplaudidos, cultuados, incentivados e institucionalizados. Desta forma, consideramos de grande relevância o movimento teórico-metodológico que Jane Felipe tem realizado sobre a produção cultural das infâncias e seus desdobramentos educacionais visto que suas análises nos ajuda a pensar sobre uma outra possibilidade de educar onde a dignidade às pessoas precisa ser valorizada, preservada e ensinada. Mulheres, adolescentes e crianças são as principais vítimas da lógica excludente do machismo e do patriarcado que se materializa a todo momento em violências sexuais e de gênero.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70. 2011.

BECK, D. Q. GUIZZO, B. S. Corpo, mídia e embelezamento: identidades de gênero na infância. In: Perspectivas em Diálogo: **Revista de Educação e Sociedade**, Naviraí, v.3, n.6, p. 3-24, jul.-dez. 2016. Disponível em: <<http://www.seer.ufms.br/index.php/persdia/index>>. Acesso em: 25 maio 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federal do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v.

BRASIL. **Lei nº 8069/90. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, DF. 1990.

BRITZIMAN, D. P. Curiosidade, sexualidade e currículo. In: Louro, Guacira Lopes. (Orgs). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 83- 112.

COSTA, M. V.; SILVEIRA, R. H.; SOMMER, L. H. Estudos Culturais em educação e pedagogia. **Revista Brasileira de Educação**, n. 23, maio/jun./ago., 2003.

FRIGOTTO, G (Org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. 144p.

FELIPE, J. Infância, Gênero e Sexualidade. **Educação e Realidade**, v. 25, n.1, p. 54-87, 2000.

_____. Sexualidade, gênero e novas configurações familiares: algumas implicações para a Educação Infantil. In: CRAIDY, Carmem; KAERCHER, Gládis E. (Orgs.). **Educação infantil: para que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

_____. Governando os corpos femininos. In: **Revista Labrys: estudos feministas**. n.4, ago./dez. 2003.

_____. Afinal, quem é mesmo pedófilo? **Cadernos Pagu**, Campinas: Unicamp, n. 26, p. 201- 223, jan./jun. 2006.

_____. Do amor (ou de como glamourizar a vida): apontamentos em torno de uma educação para a sexualidade. In: RIBEIRO, Paula Regina Costa et al. **Corpo, gênero e sexualidade**: discutindo práticas educativas. Rio Grande/RS: Editora da Furg, 2007.

_____. Educação para a sexualidade: uma proposta de formação docente. In: BRASIL, Ministério da Educação. **Salto para o Futuro**: educação para igualdade de gênero. Ano XVIII, Boletim 26, nov. 2008, p. 31-38.

_____. “Vinde a mim as criancinhas”: Pedofilização e a construção de gênero nas mídias contemporâneas. In: PELÚCIO, Larissa Pelúcio et al. (Orgs). **Olhares plurais para o cotidiano**: gênero, sexualidade e mídia. Marília/SP: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012a.

_____. Pedofilização como prática social contemporânea nos sites para crianças. In: BRASIL, Secretária de Direitos Humanos. **Revista Direitos Humanos**. Brasília, v.8, p. 31-34, 2012b.

_____. Erotização dos corpos infantis. In: Louro, G.L. et al. (Orgs.) **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. 5.ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

_____; GUIZZO, B. S. Erotização dos corpos infantis na sociedade do consumo. **Revista Pro-Posições**, v. 14, n.3, set./dez., p. 119-130, 2003.

_____; GUIZZO, B.S. Entre batons, esmaltes e fantasias. In: MEYER, Dagmar Estermann; SOARES, Rosângela de Fátima Rodrigues (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**. Porto Alegre: Mediação, 2004, p. 31-40.

_____; GUIZZO, B. S.; BECK, D. Q. (Orgs.). **Infâncias, gênero e sexualidade nas tramas da cultura e da educação**. Canoas/RS: Editora da ULBRA, 2013.

_____; PRESTES, L. M. Erotização dos corpos infantis, pedofilia e pedofilização na contemporaneidade. In: IX ANPED SUL. **Seminário de Pesquisa em Educação na Região Sul**, 2012.

LOURO, G.L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, v. 19, n. 2, p. 17-23, maio/ago. 2008.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, S. F. (Org.) et al. **Pesquisa Social**: Teoria, Método, e Criatividade. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

PETERS, M. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

RIBEIRO, J. O. S. Erotização dos corpos femininos infanto-juvenis: um desafio para a educação hoje - entrevista com Jane Felipe de Souza. **Revista do Difere**. v. 2, n. 3, ago. 2012.

SÁ-SILVA, J.R; ALMEIDA, C.D; GUINDANI, J.F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, ano I, n.1, jul. 2009.

VENZKE, L. H.; FELIPE, J. Tempos e espaços da docência feminina: representações sobre professoras da educação infantil. **Educação**, v. 36 n. 1, p. 121-130, jan./abr. 2013.

Recebido em Novembro de 2018.

Aprovado em Janeiro de 2019.

Revista
Diversidade
e Educação